

PRIVAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA CONSEQUÊNCIA DA DESIGUALDADE

Oswaldo Alcanfor Ramos¹

Ivone Panhoca²

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar os motivos que levaram crianças e adolescentes para o acolhimento Institucional em um Abrigo situado na Cidade de São Paulo. Foi realizada uma pesquisa descritiva documental de análise quantitativa. Considerações finais: Os resultados encontrados demonstraram que a falta de recursos foi o principal motivo de institucionalização, seguido por violência e abandono. Os meninos e as meninas foram igualmente institucionalizados pelos mesmos motivos e mais de um terço das crianças e adolescentes institucionalizados passaram mais de dois anos no programa de acolhimento institucional, sendo os que foram vítimas de violência que permaneceram mais tempo.

Palavras-chave: Abrigo, Acolhimento Institucional, Desigualdade, ECA.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the reasons why children and adolescents for Institutional care in a shelter located in the city of São Paulo. Documentary descriptive quantitative analysis was performed. Final Thoughts : The results demonstrated that lack of resources was the main reason for institutionalization , followed by violence and neglect. Boys and girls were equally institutionalized for the same reasons and more than a third of institutionalized children and adolescents spent more than two years in residential care program, and those who were victims of violence who stayed longer.

Keywords: Shelter, Institutional Home, Inequality, ECA.

INTRODUÇÃO

Entre os principais motivos para a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil está a desigualdade social sendo, então, importante compreender essa a questão, que é tema de interesse de diversos autores das mais diversas áreas do conhecimento.

A desigualdade social pode ser estudada sobre a ótica da arquitetura, urbanismo, economia, antropologia, história, ciências sociais e política. Até mesmo áreas do saber que são mais voltadas

¹ Graduação em psicologia (Universidade de Mogi das Cruzes, especialização em Gestalt Terapia (Instituto Sedes Sapientiae) Mestrado em Políticas Públicas (Universidade de Mogi das Cruzes). Contato eletrônico: oalcanfor@yahoo.com.br

²Graduação em Fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bacharelado em Letras : Português- Inglês, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestrado em Linguística e Doutorado em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutoramentos na University of Houston - Speech Pathology Department (Texas/USA), na Washington University in St. Louis - Education Department (Missouri/USA), na Universidad de Salamanca/España - Centro de Ciencias Sociales e na UNICAMP - Instituto de Estudos da Linguagem-CCA. Contato eletrônico: oalcanfor@yahoo.com.br.

para o indivíduo, como é o caso da psicanálise, tem aumentado de forma considerável seu interesse por temas voltados para a sociedade, integrando importantes contribuições.

Exemplo disso, é demonstrado em uma obra de Freud denominada de *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (1933)* em que o autor afirma:

A sociologia, lidando, como é de seu ofício, com o comportamento das pessoas em sociedade, não pode ser senão psicologia aplicada. Estritamente falando, só há duas ciências: psicologia pura ou aplicada, e ciência natural. (Freud 1996, p.175).

Richter (2013), com base nessas afirmações aponta que é possível recorrer a psicanálise como forma a contribuir para as análises presentes hoje na sociedade, análises que seguramente são amplas e que precisam cada vez mais de um aporte teórico variado.

Contudo, para a discussão de dados, no presente estudo, optou-se por buscar as contribuições das ciências sociais, considerando que elas oferecem contribuições mais próximas do objeto de pesquisa deste trabalho.

Entre os autores dessa área foram retomadas considerações de Friedrich Engels, Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu. Foram retomadas concepções das obras de tais autores ao se tratar da questão da desigualdade social, pois conforme afirma Reis (2000), o tema da desigualdade esteve sempre no centro das preocupações das ciências sociais.

Engels (2008) ao descrever a desigualdade social entre a classe trabalhadora e a dominante na Inglaterra, demonstrou como os londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte de suas “condições de homens” para realizar o chamado progresso na cidade, que era imponente vista de fora, mas abrigava um forte antagonismo em relação às condições de vida dos seus habitantes.

Tais características o autor também encontrou em outras grandes cidades do mundo e a esse respeito ele declarou:

Na escala dessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é obvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre (Engels, 2008, p. 69).

Engels usa, no seu estudo, a terminologia “guerra social” para descrever a desigualdade social que percebia entre a classe trabalhadora e a dominante: a elite. Suas explicações mostram a

realidade de moradia dos trabalhadores em locais inóspitos, com ruas sujas, casas sem ventilação e com muito barulho. Os operários mais pobres, para sobreviver com o pouco que ganhavam, adquiriam produtos muito inferiores. De acordo com o autor, nessas condições viviam *os mais pobres entre os pobres* (ENGELS, 2008 p. 71), impiedosamente esmagados pela sociedade.

A situação descrita por Engels em relação à classe trabalhadora inglesa daquele tempo expõe aspectos da desigualdade social ainda reproduzidos nos dias de hoje. A arquitetura de uma residência, por exemplo, nos leva a compreender o “poder social” dos proprietários. Sua localização geográfica também, surgindo deste conceito a noção de periferia. Historicamente, ao menos nas grandes cidades brasileiras, bairros mais centrais e nobres são destinados à elite, e a classe trabalhadora, mais carente, é deslocada para as regiões mais periféricas, longe do acesso a bens e serviços de qualidade e, também, da chamada burguesia. Os mais pobres são, historicamente, os que convivem com situações precárias de habitação, saúde, empregabilidade, educação e etc.

Em relação a temática da desigualdade social, poucos autores foram tão citados como Karl Marx. Sua teoria oferece a possibilidade de compreensão sobre como ocorre a desigualdade social. Muitos autores posteriores a ele que, concordando ou não com sua obra, discutiram os seus pensamentos, tamanha foi a importância que desempenhou na história das ciências sociais.

Marx, que escreveu muitas obras em parceria com Engels, demonstrou que a concepção de desigualdade social está alicerçada na luta de classes. Sua estrutura teórica está baseada no materialismo histórico e dialético (MARX, 1976, Marx e Engels 2001), sendo o materialismo histórico uma teoria que explica como as relações sociais são determinadas pela produção material, ou seja, de que maneira a produção material determina a forma como os indivíduos se comportam, agem, sentem e pensam, condicionando o processo geral da vida social, política e espiritual (COTRIM e FERNANDES, 2010). A dialética Marxista, permite compreender a história em seu movimento, sem que seja algo estático e definitivo, pois pode ser transformada pela ação humana que interfere no processo histórico e, desta forma, pode provocar mudança na realidade social, sobretudo se houver alteração no modo de produção (COTRIM e FERNANDES, 2010).

Para Marx e Engels (2001), a história não foi capaz de acabar com o antagonismo entre as classes, desde as primeiras épocas. E a sociedade moderna criou novas formas de opressão e reduziu os antagonismos entre as classes a dois pontos diametralmente opostos: a burguesia e o proletariado.

Para Marx e Engels (2001) a desigualdade tem origem na dominação não apenas econômica, mas também cultural. E, segundo o pensamento destes autores, deveria haver uma busca pelos interesses da maioria, e não apenas de pequenos grupos empoderados economicamente. O capital, que se origina dos meios de produção, é quem gera uma estrutura determinante não somente de

quem está inserido na classe dominante, mas também de quem está fora dela, tendo os parâmetros de desigualdades demarcados pela burguesia. Neste sentido, a desigualdade de classes é quem determina todas as outras desigualdades (MARX, 1976).

Em concordância com Marx, Weber (1982) também considerou que a sociedade capitalista se caracteriza pelo conflito pela posse de bens e de recursos materiais e econômicos. Weber ampliou a ideia de classes, tendo em vista que, para ele, existiriam quatro classes principais: grandes proprietários, pequenos proprietários, empregados sem propriedade, mas educados e bem pagos e trabalhadores manuais.

Além de ampliar o grupo de classes, ele separou analiticamente três categorias de estratificação, acrescentando mais duas, pois além da econômica (classes) ele incluiu a social (grupos de status) e a política (partidos). A teoria da estratificação social considera que a sociedade distribui os indivíduos e as famílias em diferentes níveis quanto à riqueza, poder e prestígio. E autores mais recentes, como Bourdieu, acrescentaram aí, a cultura. Os indivíduos podem ser agrupados em várias ordens ou estratos sociais, e a distribuição de poder, segundo Weber (1982) acontece dentro de uma comunidade da seguinte maneira:

(...) a forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Ela e a ordem econômica estão, decerto, relacionadas da mesma forma a “ordem jurídica”. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela (WEBER, 1982, P.212).

Nessa forma de análise, a classe, o status e o poder são as três fontes de desigualdades sociais, que determinam a maneira de distribuição de privilégios em uma sociedade.

Numa ótica semelhante à de Weber, Bourdieu (2013) também traz reflexões sobre a distribuição de recursos e poderes, acrescentando o que ele denomina de “capital cultural”. Para este autor a sociedade capitalista é hierarquizada seguindo uma lógica de distribuição de poderes de forma totalmente desigual. Ele estrutura a divisão de recursos e poderes da seguinte maneira: capital econômico (salário, renda), capital cultural (saberes, conhecimentos e títulos) capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital) e capital simbólico (prestígio e honra).

O capital cultural, ou a cultura, para Bourdieu (2013), também vem a ser um sistema hierarquizado, cuja a função é a de manter distanciamentos entre as classes sociais. Cada posição na hierarquia social corresponde a uma cultura específica, sendo duas as instituições transmissoras e responsáveis pelo nível e gosto cultural dos indivíduos: a escola e a família.

Com base nas ideias expostas nos clássicos das ciências sociais, torna-se notório que a questão da desigualdade social, extravasa os critérios exclusivamente materiais da desigualdade para incluir formas mais amplas de privação e desvantagem (REIS, 2000).

Os autores acima mencionados demonstram a caracterização mais contundente sobre a desigualdade e que predomina até hoje no mundo capitalista. Tais modelos contribuíram para o debate e a reflexão sobre diversos aspectos que envolvem a sociedade capitalista contemporânea, entre eles também a desigualdade, como já foi dito aqui.

Ainda de acordo com Reis (2000), embora seja mister reconhecer que para amplas camadas da população a questão da sobrevivência material seja vivida dramaticamente, não há dúvidas que a desigualdade, e não a pobreza, é o aspecto distintivo da sociedade brasileira.

Há mais de vinte anos, Sales (1994) considerou que a desigualdade social era o cartão de visita do Brasil para o mundo. Cardia e Schiffer (2002), também tendo como referência a realidade brasileira, destacaram que a desigualdade no acesso a direitos alimentava a violência. Os autores demonstraram, ainda, que as comunidades mais afetadas pela violência tinham em comum uma superposição de carências.

Algumas das consequências das desigualdades apontadas por Boneti (2006) dizem respeito às noções de exclusão e inclusão social. Sobre a exclusão, o autor demonstra que essa noção normalmente surge quando, no contexto social, torna-se impossível a existência de grupos sociais homogêneos. Para ele, a noção de exclusão surge quando o sistema econômico quebra essa homogeneidade, impondo um processo de individualização. Dessa forma, segundo esse autor, a exclusão social não deveria ser considerada “uma categoria de análise”, mas sim, um problema social.

Historicamente, a noção de exclusão social está associada a um segmento da população que se encontraria “fora” do considerado “padrão social”: leprosos, marginais, prostitutas, moradores de rua e etc. E essa noção de exclusão sofre continuamente influências do tempo histórico e do momento social em que se vive. A própria questão racial, tão discutida nos dias atuais, expõe uma realidade em que o negro chegou a ser considerado como um ser não humano, ideia considerada hoje impensável, mas que ainda mostra seus fragmentos na noção de racismo. O mesmo poderíamos dizer sobre a homossexualidade, que nos manuais de psiquiatria como o DSM III foi considerado

como doença, e não é mais caracterizada desta forma, mas que ainda é bem presente nas ações e reações homofóbicas, no Brasil e no mundo.

As exclusões/inclusões são necessariamente interdependentes, na medida em que só existe exclusão a partir de uma dada situação de inclusão. Por exemplo, habitar nas periferias da cidade de São Paulo aumenta de forma significativa a exclusão social dos habitantes do município, à medida em que as dimensões aqui já mencionadas ficam claramente prejudicadas.

De acordo com Boneti (2006) o termo inclusão traz outros complicadores. Está implícito nele o significado original da exclusão, trazendo uma noção dualista de dentro ou fora, inserido ou não. As reflexões do autor remetem à ideia de cidadania como sendo um conjunto de direitos e deveres de um indivíduo e que seria um dos parâmetros possíveis para se analisar as noções de inclusão ou exclusão.

Uma forma de pensar o tema da desigualdade e sua relação com a questão da cidadania é encontrada em Cidadão de Papel (2002), de Gilberto Dimenstein. Nesta obra, o autor mostra que a ideia de cidadania é bela, inspiradora e revolucionária. Mas, em muitos casos, existe apenas no papel, configurando um “cidadão de papel”.

Nota-se que a ausência de cidadania quando uma sociedade gera um menino de rua. Ela é o sintoma mais agudo da crise social. Os pais são pobres e não conseguem garantir a educação dos filhos. Eles vão continuar pobres já que não arrumam bons empregos (Dimenstein, 1994 p. 15).

O que Dimenstein mostra neste trecho é uma questão que permeia o tema da desigualdade, trazendo uma noção de perpetuação, de um ciclo que naturalmente terá continuidade caso não haja alguma forma de interferência uma vez que a falta de acesso e as poucas oportunidades vão sempre conduzindo camadas mais vulneráveis da população a tal situação.

Para Boneti (2006, p. 198), a igualdade não é estabelecida pela maioria, mas a partir do conceito padrão que, no nosso caso, é imposto pela classe dominante, pois (...) *o igual assume uma posição de comando, para não dizer dominador ou no mínimo de superioridade, perante o diferente.*

Deste modo, o que está implícito nessa noção de desigualdade é o acesso ou a falta de acesso aos bens sociais, aos serviços públicos, ao capital cultural ou, em outras palavras, o exercício da cidadania. A desigualdade, então, envolve uma teia vasta de relações, sendo tarefa difícil identificar um único fator desencadeador. Como exemplo pode-se citar uma matéria publicada pela

BBC Brasil e amparada em diversos centros de pesquisa. No estudo, havia a síntese de 5 dados para compreender a desigualdade racial no EUA (BBC BRASIL, 2014):

Para cada 6\$ com brancos, os negros possuíam 1\$, há 20 vezes mais condenações de negros por casos parecidos, há 3 vezes mais expulsão ou suspensão escolar, percepção de tratamento injusto pela política, são os que menos tem casa própria.

Os dados deste estudo (voltado a demonstrar algumas evidências da desigualdade racial norte americana) revelam (como ponto de partida ou como ponto de chegada) outras formas de desigualdades, dentre elas a distribuição de renda, de justiça, de educação, relacionamento com o Estado, de acesso à habitação. Trata-se de estudos que revelam uma verdadeira teia de desigualdades.

Através do índice Paulista de vulnerabilidade social (IPVS, 2010) se percebe que os pontos vulneráveis, embora estejam espalhados pela cidade, se concentram nas regiões periféricas. A caracterização do que seriam as variações (que vão desde “baixíssima vulnerabilidade” até “vulnerabilidade muito alta”) tornaram-se importantes para o oferecimento de serviços de acordo com as necessidades detectadas. Entretanto, um dos objetivos da inclusão do mapa neste trabalho é demonstrar, através dele, a desigualdade social presente na cidade.

Como visto, a desigualdade social é uma realidade notória e evidente no contexto brasileiro, mas ainda assim de difícil contextualização, principalmente diante de suas múltiplas variáveis e conexões. Diversos são os segmentos que ajudam a compor tal noção como: a saúde, o financeiro, a cultura, educação, habitação, saneamento básico, segurança, alimentação e etc. Em um modelo social em que a cidadania, para ser exercida, exige cada vez mais um poder de compra e de consumo excessivo, não é de se estranhar que, um dos principais norteadores dessa desigualdade seja a questão financeira.

Disso decorre que em um sistema em que a cidadania é, de fato, não exercida, sua inclusão pode ser ao menos amenizada através do sistema financeiro, sendo possível comprar aquilo que seria de direito. Contudo, nem mesmo este aspecto (tão caro ao capital) seria capaz de eliminar todas as desigualdades. Gênero, raça, etnias são exemplos dessa resistência, independentemente do poder monetário.

É neste contexto que o Estado tem o dever de amenizar a desigualdade inerente ao sistema capitalista, realidade presente na sociedade e estratificada no cotidiano de cada indivíduo. Este dever do Estado se materializa na concepção de política social, onde as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado seriam voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

A criança institucionalizada (tema deste estudo) é uma das vítimas (juntamente com sua família) dessa desigualdade, qualquer que seja a base teórica que se adote no estudo. Se formos utilizar como uma das referências o termo “guerra social” (utilizado por Engels), iremos logo concluir que é este público a principal vítima de uma batalha em que existem poucas estratégias para sobreviver, o que destaca a importância do Estado na busca de formas de solução diante de uma realidade tão complexa.

Partindo destes pressupostos, o presente estudo teve como objetivo geral analisar os motivos que levaram crianças e adolescentes para o acolhimento Institucional em um Abrigo situado na Cidade de São Paulo.

Os objetivos específicos foram:

- a) Analisar o perfil sócio-econômico-educacional das crianças/adolescentes institucionalizados e suas respectivas famílias;
- b) Correlacionar às razões do acolhimento institucional com o perfil familiar e características das crianças e adolescentes;
- c) Analisar como a política de acolhimento institucional descrita pelo ECA vem sendo aplicada.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva documental, de natureza quantitativa, realizada a partir de registros feitos por técnicos da Casa de Acolhimento descrita abaixo, sobre o histórico das famílias que tiveram membros acolhidos no período de 2003 a 2013.

Caracterização da Instituição

Os dados foram coletados em uma organização de direito privado sem fins lucrativos, localizada na Cidade de São Paulo, que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes de ambos os sexos e que foram afastados do convívio familiar como medida de proteção.

Caracterização do objeto de pesquisa

Através de prontuários da instituição foram analisadas as características da institucionalização de crianças e adolescentes que foram afastados do convívio familiar como medida de proteção. Os prontuários registraram o histórico de crianças/adolescentes do gênero masculino e feminino, com idade de 0 a 17 anos e 11 meses e algumas características das respectivas famílias.

Coleta de dados

A pesquisa foi realizada nos espaços da própria Instituição. Foram coletados os dados dos registros realizados nos prontuários eletrônicos pelos técnicos que trabalham nas Casas de

Acolhimento. Para transcrição dos documentos das instituições foi elaborado pelo autor um formulário eletrônico contendo informações da criança/adolescente.

Procedimento

Foi solicitada autorização ao responsável pela Casa de Acolhimento Institucional. Depois de sanadas as dúvidas, o responsável assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da UMC (CAAE 33091914.2.0000.5497, número do parecer 761.845)

Foram feitos levantamentos nos prontuários eletrônicos que foram alimentados por psicólogos (as) e assistentes sociais que passaram pela instituição no período do 2003 a 2013.

Procedimento de análise de dados

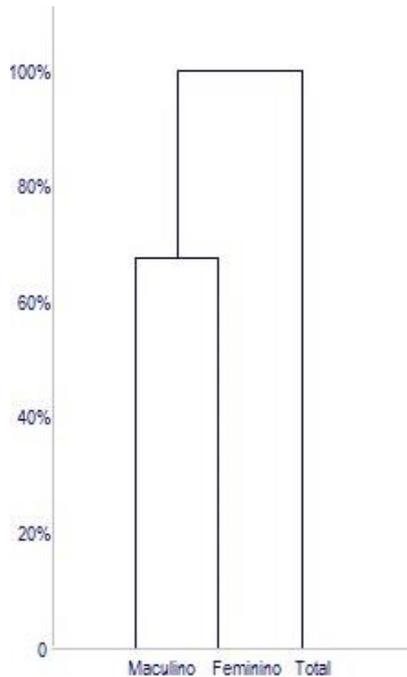
Os dados foram tabulados contendo as variáveis enfocadas: motivo de acolhimento institucional, carência de recursos materiais, violência, abandono, trabalho, doença/incapacidade, drogadicção, orfandade, inespecificado e outros. Essas variáveis foram correlacionadas com a caracterização das crianças/adolescentes e de suas famílias: gênero, idade, tempo de acolhimento, escolaridade dos pais, renda familiar, habitabilidade e recebimento de benefício ou auxílio.

Os resultados também foram analisados por técnicas multivariadas aplicadas por meio do Software BioEstat 5.3. Foi aplicada a análise de conglomerados e a distância euclidiana como medida de similaridade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados mostrou que no período de 10 anos (de 2003 a 2013), passaram pela Casa de Acolhimento 100 crianças/adolescentes oriundos de 71 famílias. Alguns dados não constavam nos prontuários, sem que fosse possível saber a razão do não preenchimento, pois se trata de um longo período, no qual passaram pela instituição diversos profissionais e muitos deles não compõem mais a equipe técnica do local.

A Figura 1 mostra (por meio do dendograma) que existe similaridade entre o gênero e a razão pela qual as crianças e adolescentes foram institucionalizados, pois forma um grupo de variáveis (cluster). A igualdade de gêneros, também foi encontrada em um estudo realizado por Silva (2012) com crianças institucionalizadas com idade de 0 a 8 anos de idade. Já Rodrigues et al (2014) em uma amostra de adolescentes com idade entre 12 a 17 anos, encontrou maior prevalência do gênero feminino.

Figura 1 - Gênero X Motivo

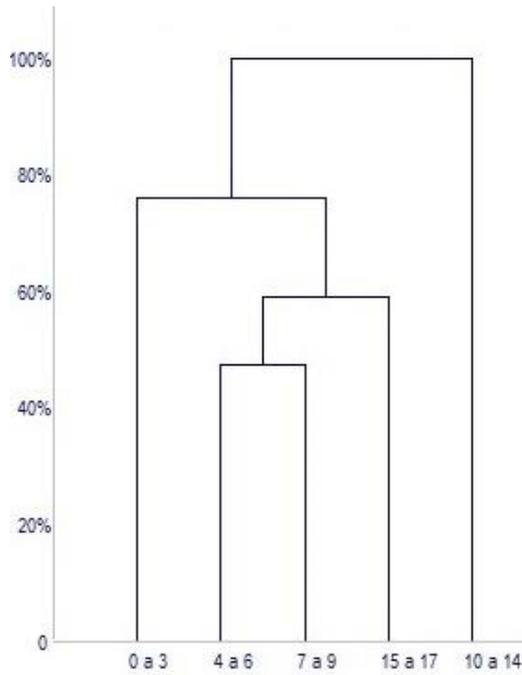
A Tabela 1 mostra que existe similaridade estatística entre os motivos, sem predominância estatística significativa de nenhum dos gêneros, o que aponta para carência de recursos materiais como sendo o maior motivo do acolhimento institucional, seguidos por violência e abandono, em ambos os gêneros.

Tabela 1- Gênero das crianças/adolescentes

Gênero / Motivo	Carência	Violência	Abandono	Trabalho	Incapacidade	Drogadição	Orfandade	Inespecificado	Outros	Total	%
Mas.	11	6	10	1	6	3	3	4	2	46	46
Fem.	24	9	4	9	3	2	1	1	1	54	54
Total	35	15	14	10	9	5	4	5	3	100	100

A igualdade de gêneros, também foi encontrada em um estudo realizado por Silva (2012) com crianças institucionalizadas com idade de 0 a 8 anos de idade. Um estudo nacional realizado pelo CNMP (2013) com faixas etárias de 0 a 18 anos, também encontrou uma amostra homogênea entre os gêneros. Já Rodrigues et al (2014) em uma amostra de adolescentes com idade entre 12 a 17 anos, encontrou maior prevalência do gênero feminino.

Como a idade dos sujeitos da presente pesquisa é variável, com maior prevalência entre 10 e 14 anos (Tabela 2), é possível apontar que a institucionalização de crianças e adolescentes não tem sido uma dificuldade associada a variável gênero, não sendo este um fator de vulnerabilidade e risco, no que se refere à privação do direito à convivência familiar e comunitária.

Figura 2 - Idade X Motivo

Através do dendrograma apresentado na Figura 2, foi possível perceber por meio das linhas horizontais do gráfico, que os grupos de 4 a 9 anos são homogêneos, pois formam um cluster. Todavia, o grupo de 10 a 14 anos apresenta valores globais mais altos, como pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Idade das crianças/adolescentes

Anos / Motivo	Carência	Violência	Abandono	Trabalho	Doença/Incapacidade	Drogadição	Orfandade	Não específica	Outros	Total	%
0 a 3	1	1	4	0	1	0	0	0	1	8	8
4 a 6	3	3	1	0	1	2	0	0	0	10	10
7 a 9	1	4	1	0	3	2	2	2	0	15	15
10 a 14	23	3	7	10	4	1	2	0	2	52	52
15 a 17 e 11 meses	7	4	1	0	0	0	0	3	0	15	15
Total	35	15	14	10	9	5	4	5	3	100	0

Como se vê acima, na faixa etária de 10 a 14 o valor máximo é 23 e o mínimo é 1, o que permite dizer que a carência é o maior motivo de acolhimento na faixa etária de 10 a 17 anos. Nas faixas de 7 a 9 anos (que tem o mesmo valor total de acolhidos) o motivo é a violência. Já na faixa de 4 a 6 anos existem similitudes com relação à distribuição de valores entre os motivos com a faixa posterior (7 a 9), eles formam um grupo (Figura 4). Nesta faixa de 4 a 6 anos os motivos dividem-se

em carência e violência. E na faixa de 0 a 3 anos que forma um cluster (grupo separado) o principal motivo foi o abandono.

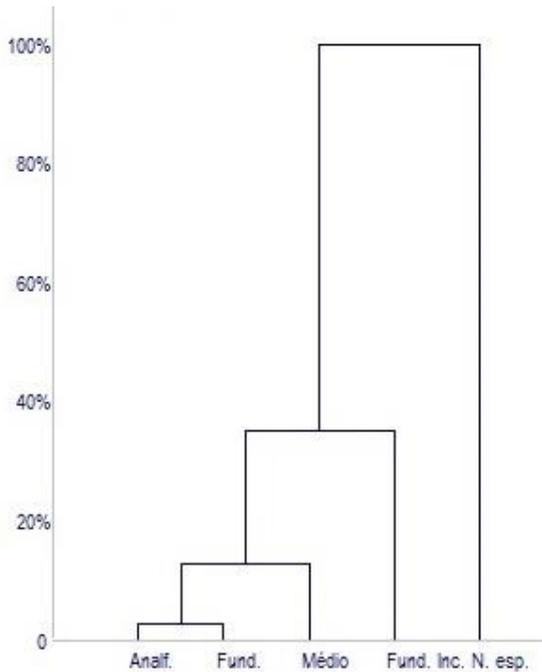
Com isso, observa-se que a carência econômica é o maior motivo de acolhimento das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos. A violência é o principal de acolhimento de crianças entre 4 e 9 anos e o abandono constitui o maior motivo de abandono de recém-nascidos até os três anos de idade.

A amostra de 10 a 17 anos, consiste em 67% do total pesquisado, o que vai de encontro com os dados encontrados pelo CNMP (2013), em que foi apontado como principal motivo de acolhimento a carência de recursos financeiros, ou seja, a maior parte das crianças e adolescentes foram privados do direito de serem criados e educados em uma família, conforme preconiza o artigo 19 do ECA por falha do Estado que tem o dever de incluir em programas oficiais. Mediante as dificuldades socioeconômicas, situações de risco e a falta de apoio do Estado, a família não consegue sozinha cumprir suas funções, crianças e adolescentes têm ficado abandonadas socialmente (SILVEIRA et al, 2013).

Já o tipo de violência encontrada no estudo e demonstrada na Tabela 3, trata-se de forma predominante de violência física, com um caso de violência sexual. Aqui o conceito de violência física se adequa a definição feita pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que afirma ser violência física o uso da força física contra outra pessoa ou grupo, que resulta em dano físico, sexual ou psicológico (APAV, 2010).

De acordo com a APAV (2010), a violência familiar e os maus tratos com crianças e adolescentes podem ocorrer em qualquer classe social, definindo-se como um fenômeno transversal a qualquer nível socioeconômico. Mas mesmo assim, as famílias mais desfavorecidas acumulam mais fatores de risco e de agentes de stress, tais como: desemprego, instabilidade profissional, pobreza, más condições de habitabilidade, reduzida escolaridade dos progenitores. Essas variáveis de risco são encontradas na amostra pesquisada, o que aponta para um fenômeno associado.

Os dados da Figura 4 mostram a existência de um cluster em relação aos pais analfabetos e os que possuem o ensino fundamental, demonstrando similaridade entre essas duas variáveis. Os que possuem ensino médio, fundamental incompleto e que não foram especificados, não se correlacionam com nenhuma das variáveis apresentadas, com a predominância dos que não foram especificados.

Figura 3 - Escolaridade dos pais**Tabela 4 - Escolaridade dos pais**

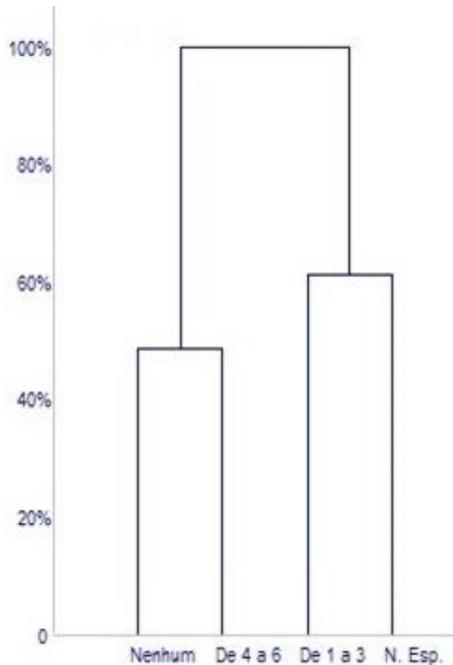
Nível/ Motivo	Carê ncia	Violê ncia	Aban dono	Traba lho	Doença/Inc apacidade	Drogadi ção	Orfan dade	Inespe cificad o	Ou tros	To tal	%
Analf.	5	1	0	1	0	0	0	0	0	7	4
Fund. Inc.	20	2	4	4	8	3	1	1	0	43	22
Fund.	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3
Médio	1	1	1	0	0	0	1	2	0	6	3
N. esp.	38	26	23	15	10	7	6	7	6	138	69
Total	70	30	28	20	18	10	8	10	6	200	100

Na Tabela 4 é possível ver que os pais que não tiveram a especificação da escolaridade, houve predominância do motivo de acolhimento dos seus filhos por carência de recursos financeiros. Apesar de não se saber o nível de escolarização desses pais, a baixa escolarização está associada a empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração, possibilitando apontar que os pais e mães que foram sujeitos da pesquisa, provavelmente possuíam precária escolarização (IBGE, 2012).

Não cabe aqui discutir a questão qualitativa da educação, mas os que tiveram mais acesso ao processo de escolarização (mesmo com todas as precariedades das escolas públicas) que foram incentivados a permanecer e tiveram assegurado o direito de se desenvolver no ambiente escolar, ampliaram suas possibilidades, pois a educação ainda é a principal janela de oportunidade existente nas sociedades democráticas, podendo aumentar as chances de ascensão às ocupações mais valorizadas e com melhor renda. (IBGE, 2012).

Em relação à renda familiar, as categorias adotadas nenhuma, de 1 a 3 salários e de 4 a 6 salários foram determinadas pela Instituição pesquisada e estavam registrados dessa maneira nos prontuários das famílias.

Figura 4 - Renda familiar X Motivo



Os dados da Figura 5 mostram que há similaridade entre os que não possuem renda e os que recebem de 4 a 6 salários e, entre os que recebem de 1 a 3 salários e os que não foram especificados. Na Tabela 7, é possível constatar que os que não possuem renda apresentam maior frequência no motivo carência de recursos financeiros e, de 4 a 6 salários, apresentam frequência igual em abandono e trabalho.

Já os que possuem renda de 1 a 3 salários e os que não foram especificados apresentam frequência predominante na variável carência de recursos financeiros, sendo provável desta forma, que os que não foram especificados ou não possuem renda se enquadram na categoria de 1 a 3 salários.

Tabela 5 - Renda familiar

Salário min/Motivo	Carênci	Vi olênci	Aban dono	Trab alho	Doença/Inca pacidade	Drogad içção	Orfa ndad e	Inespe cificad o	Ou tros	To tal	%
Nen hum	4	1	1	0	2	2	0	1	0	11	11
1 a 3	16	5	2	3	4	1	1	2	0	34	34
4 a 6	0	0	2	2	0	0	0	0	0	4	4

N.											
Esp.	15	9	9	5	3	2	3	2	3	51	51
Total	35	15	14	10	9	5	4	5	3	100	100

Na figura 7, o dendograma demonstra a existência de cluster entre quem recebeu auxílio/benefício para moradia e cesta básica da instituição. Também formam clusters quem recebeu pensão alimentícia e bolsa escola, e o último cluster é formado por quem recebeu aluguel social e bolsa família, ou seja, existem similaridades entre os dados que formam um cluster (grupo). De maneira predominante são as famílias que não receberam benefício ou que não tiveram esse item especificado.

Figura 5 - Benefício ou auxílio que a família recebeu X Motivo

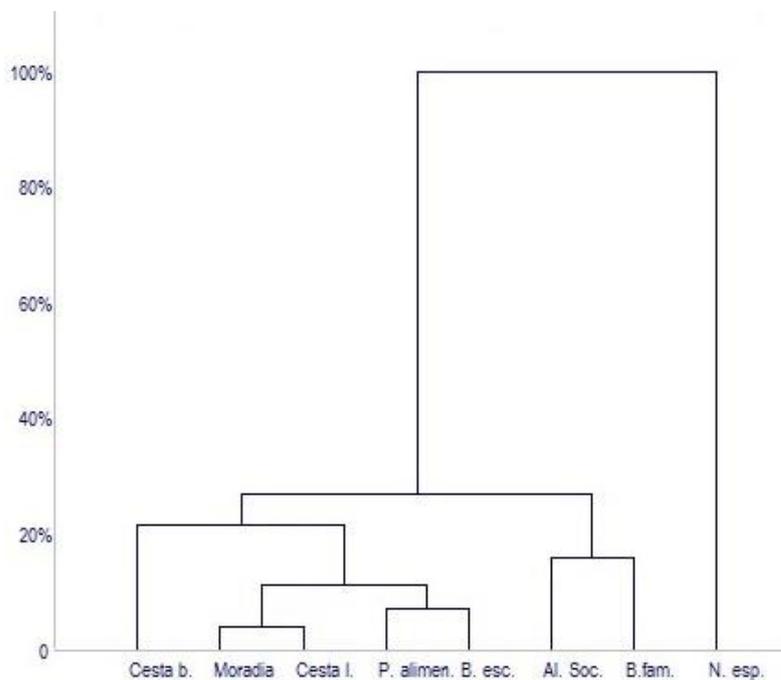


Tabela 7 - Benefício ou auxílio que a família recebeu

Benefício/ Motivo	Carê ncia	Vio lên cia	Aban dono	Tra balh o	Doença/ Incapaci dade	Droga dicção	Orf and ade	Inspe cificad o	Out ros	To tal	%
Cesta básica da instituição acolhedora	8	2	1	1	2	1	0	0	0	15	13,16
Moradia/CDH U/COHAB/Mi nha casa minha vida	4	0	1	0	1	0	0	0	0	6	5,26
Cesta básica da Igreja	3	0	0	0	1	0	0	0	0	4	3,51
Aluguel social	2	1	0	0	0	0	1	0	0	4	3,51
Pensão	2	0	0	1	0	0	0	2	0	5	4,39

alimentícia												
Bolsa família	0	1	0	3	0	0	1	0	0	5	4,39	
Bolsa escola	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,88	
Não recebem/ não especificado	23	12	12	8	6	4	3	3	3	74	1	
Total	42	17	14	13	10	5	5	5	3	114	100	

A não inclusão dessas famílias em programas oficiais apesar da carência de recursos, conforme resultados apresentados pela Tabela 11, mostra como ocorre à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com crianças/adolescentes e respectivas famílias, os dados demonstram que os mais excluídos, são desrespeitados em vários aspectos constitutivos dos seus direitos como cidadãos.

Os ditos programas oficiais em que essas famílias deveriam ter sido inclusas, são um conjunto de ações articuladas de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo como objetivos a inclusão em políticas sociais básicas e em políticas e programas de assistência social.

Apesar da legislação ora vigente, os resultados apresentados na Tabela 11 se correlacionam com dados obtidos há 11 anos atrás, em pesquisa envolvendo tanto dados nacionais quanto dados do Município de São Paulo. Estudo realizado em 2004 mostrou que em São Paulo 67% das famílias (de um total de 4.847 crianças/adolescentes institucionalizados) não tinham acesso a direitos sociais básicos. E em nível nacional 88% das famílias - de um total de 20.000 crianças/adolescentes - não possuíam acesso aos direitos sociais básicos (IPEA/CONANDA, 2004 e OLIVEIRA apud FÁVERO, et al, 2008).

Os resultados denotam a não efetivação de políticas sociais universalizantes, além da falta de acesso das famílias a programas oficiais que também deveriam ser universalizantes, e que embora sejam focalistas e seletivos, não elegem nem beneficiam seu público alvo, ou seja, as famílias das crianças/adolescentes abrigados (FÁVERO et al, 2008).

As duas principais políticas que priorizam a família como centralidade da família para implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos são a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Plano Nacional, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, não tem conseguido realizar a proteção social básica voltada à proteção e prevenção da institucionalização e também não tem conseguido incluir essas famílias em programas oficiais após a institucionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados demonstraram que a falta de recursos foi o principal motivo de institucionalização, seguido por violência e abandono. Os meninos e as meninas foram igualmente institucionalizados pelos mesmos motivos e mais de um terço das crianças e adolescentes

institucionalizados passaram mais de dois anos no programa de acolhimento institucional, sendo que aqueles que foram vítimas de violência permaneceram mais tempo.

A habitabilidade, a escolaridade dos pais e a renda familiar indicam que essas famílias passaram por várias exclusões. Entretanto, apesar desses resultados, pouquíssimas famílias foram incluídas em programas sociais sendo que quem mais as auxiliou, no enfrentamento da pobreza, foi a própria instituição de acolhimento, por meio de cestas básicas.

Os dados também demonstraram que existe violação da Política de Acolhimento Institucional descrita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que apesar do ECA ter sido criado há mais de duas décadas, o Código de Menores continua vigorando de forma implícita.

As rodas, os internatos e as Febens foram modernizadas mas a pobreza continua sendo criminalizada e punida. E o Brasil, continua sendo o que sempre foi: um país de institucionalização, com o principal motivo de acolhimento institucional tendo suas origens na desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, M., AYRES JÚNIOR, M., AYRES, D.L. & SANTOS, A.A. BIOESTAT – Aplicações estatísticas nas áreas das ciências bio-médicas. Ong Mamiraua. Belém, PA, 2007.

BBC BRASIL. Cinco números para entender a desigualdade racial nos EUA. 17 de agosto de 2014. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140817_desigualdade_eua. Acesso em 19/03/2015.

BONETI, L. W. exclusão e inclusão social. Contexto e educação. Editora UNIJUI. Ano 21. N°75. Jan/jun. 2006, p. 187-206.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 96, Julho 2013, p. 105-115.

BOURDIEU, P. Distinction. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1984.

BOWLBY, J. Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Código de Menores. Diário Oficial da União, 1979.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

CARDIA, N.; SHIFFER, S. Violência e desigualdade social. Revista Ciência e Cultura. São Paulo. Jul/set, p. 25-31, 2002.

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

COTRIM, G.; FERNANDES, M. Fundamentos da filosofia. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel – A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil, São Paulo: Editora Ática, 1994.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução B.A.Shumann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FÁVERO, E.T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. (Orgs). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), 2010. Acesso em: 01/05/2015. Disponível em: http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf

FREUD, S. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos. Conferência XXXIV: Explicações, aplicações e orientações. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Censo Demográfico e Contagem da População, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov/bda/desc/desc.asp?z=cd&o=32&=P&e=1973>. Acesso em 20/03/2015.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2012. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2012. 293p. (Estudos & Pesquisas - Informação demográfica e socioeconômica, 29). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

INSTITUTO de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC. 2004. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/1665238.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2013.

MARX, K. Miséria da filosofia. São Paulo: Grijalbo, 1976.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista (1848). Seguido de Gotha: Comentários à margem do programa do partido operário Alemão por Karl Marx (1875). Tradução: Suely Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

MDS/CLAVES/FIOCRUZ. Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, 2010.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília: SNAS, 2004.

REIS, E.P. Dossiê desigualdade: apresentação. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 15, n. 42, Fev. 2000, p. 73-75.

RICHTER, E. P.(2013). Psicologia Política ea Teoria Freudiana. Psicologia Política. Vol 13. Nº 28, set- dez. 2013, p. 421-435.

RODRIGUES, A. L. et al. Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estud. pesquis. Psicol.* Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, ago. 2014.

SALES, T. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira." *Revista brasileira de ciências sociais* 25.9, 1994, p. 26-37.

SILVA, E. R. O financiamento dos abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. In: SILVA, E. R. (Coord). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, F. C. Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas. *Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia, Ciências, e Letras de Ribeirão Preto da USP, Ribeirão Preto, 2012.*

VIALI, L. Série estatística multivariada: texto 1 Introdução, 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/especializa/realizadas/ceea/multivariada/textos/IntrodIntr.pdf>. Acesso em 29/04/2015.

VICINI, L. *Análise multivariada da teoria à prática. Monografia (Especialização em estatística) Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2005.*

WEBER, M. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). *Max Weber - Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: JC editora, 1982, p. 211-228.